

# SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CODENOP

Pelo presente instrumento, os Municípios de: ASSAÍ, CORNÉLIO PROCÓPIO, ITAMBARACÁ, LEÓPOLIS, SANTA AMÉLIA, RIBEIRÃO DO PINHAL, NOVA FÁTIMA, CONGONHINHAS, NOVA AMÉRICA DA COLINA, SANTA MARIANA, SANTO ANTÔNIO DO PARAISO, SERTANEJA, URAÍ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, E SAPOPEMA, representados pelos Prefeitos Municipais, de comum acordo, atendendo a deliberação contidas nas Atas de Reuniões Ordinárias, todas realizadas na cidade de Cornélio Procópio/PR, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando cria o Programa de Inspeção Municipal via Consórcio Codenop, e seus respectivos cargos, alterar a forma de ingresso dos cargos de Diretor Executivo e Advogado, formalizar compras e serviços através do consórcio, ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ - CODENOP, CNPJ n.º 08.146.697/0001-15, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES:

O Contrato de Consórcio Público firmado em 23/06/2006 e aditado em 30/01/2017, 23/02/2017, 27/06/2017, 08/11/2019, 01/04/2020 e nesta data, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3°. Integram o "CODENOP" os municípios de Assaí, Congonhinhas, Itambaracá, Nova Fátima, Nova América da Colina, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, Sapopema, São Sebastião da Amoreira, Sertaneja, Uraí, Leópolis, Cornélio Procópio, Curiúva, Andirá, todos localizados no Estado do Paraná, cujos territórios unidos, formam a área de atuação do Consórcio, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

# Parágrafo Único. DA SUBSCRIÇÃO

- a) São subscritores do presente Contrato de Consórcio Público:
  - <u>I ASSAÍ/PR</u>, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 76.290.709.0001-30, com o centro Administrativo localizado Av. Rio de Janeiro, nº 720, 1º andar, Centro, Assaí, Estado do Paraná, aqui representado pelo Chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. <u>MICHEL ANGELO BOMTEMPO</u>, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 1.917.460-3 e do CPF nº 329.586.259-15;
  - <u>II CORNÉLIO PROCÓPIO/PR</u>, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 76.331.941/0001-70, com o Centro Administrativo localizado na Avenida Minas Gerais N° 301 centro Centro, Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. <u>AMIN JOSÉ HANNOUCHE</u>, casado, portador da cédula de identidade n° 3.103.928-2 SSP PR e do CPF n° 521.746.549-20;
  - <u>III ITAMBARACÁ/PR</u>, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 76.235.738/0001-08,com o Centro Administrativo localizado Av. Interventor Manoel Ribas, 06, Centro, Itamaracá, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeita Municipal em pleno do mandato, Sra. **MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN**, brasileira, casada,, portadora da cédula de identidade n° 3.539.028-5 e do CPF n° 547.432.069-87;
  - <u>IV LEÓPOLIS/PR,</u> pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 75.827.204/0001-08, localizado em Leópolis, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. **ALESSANDRO RIBEIRO**, casado, portador da cédula de identidade n° 6.230.660-2 e do CPF n° 032.818.799-26;



<u>V - SANTA AMÉLIA/PR</u>, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 76.235.746/0001-46, com o Centro Administrativo localizado na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia, Estado do Paraná, aqui representada pelo Chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. <u>ANTONIO CARLOS TAMAIS</u>, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n° 1.650.151-4 e do CPF n°. 360.754.509-04;

<u>VI - RIBEIRÃO DO PINHAL/PR</u>, pessoa jurídica inscrita no CNPJ ° 76.968.064/0001-42, com o Centro Administrativo na Rua Paraná, 983, Centro, Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandado, Sr. **DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ**, brasileiro, portador da cédula de identidade n° 773.261-9 e do CPF n° 171.895.279-15;

<u>VII - SANTA MARIANA/PR</u>, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 75.392.019/0001-20, com o Centro Administrativo localizado na Rua Antônio Manoel dos Santos, 151, Centro, Santa Mariana, Estado do Paraná, aqui representada pelo Chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, **Sr. JOSÉ MAURICIO PIOVAN GUIMARÃES**, brasileiro, portador da cédula de identidade n° 3.720.055-2 e do CPF n°. 468.901.739-53;

<u>VIII - NOVA FÁTIMA/PR</u>, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 75.828.418/0001-90, com o Centro Administrativo localizada na Rua Doutor Aloysio Barros Tostes, 420, Centro, Nova Fátima, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. ROBERTO CARLOS MESSIAS, brasileiro, casado portador da cédula de identidade n° 4.818.807-9 e do CPF n° 688.798.739-20;

<u>IX - CONGONHINHAS/PR</u>, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 75.825.828/0001-88, com o centro Administrativo localizado na Avenida São Paulo, 599, Congonhinhas, Estado do Paraná, aqui representada pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato Sr. **JOSÉ OLEGARIO RIBEIRO LOPES**, brasileiro, portador da cédula de identidade n° 652.029 e do CPF n° 042.099.829-20;

X - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ N°76. 290.691/0001-77, com o Centro Administrativo localizado na Rua Jerônimo Faria Martins, 1335, Centro, Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aqui representada pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS,



brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 4.666.065-0 e do CPF nº 672.678.159-87;

XI - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO/PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 75.832.270/0001-31, com o Centro Administrativo localizado na Avenida Deputado Nilson Ribas, 886, centro Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, aqui representado pelo Chefe do Poder Executivo na condição de prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. <u>DEVANIR MARTINELLI</u>, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n° 3.944.135-7 e do CPF n° 585.764.799-15;

XII - SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 76.290.683/0001-20,com o Centro Administrativo localizado na Praça Coronel Deolindo, s/n, Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. VENICIUS DJAMA ROSA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 8.241.196-8 e do CPF nº 036.270.189-07;

XIII - SAPOPEMA/PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 76.167.733/0001-87, com o Centro Administrativo localizado na Avenida Manoel Ribas,818, Centro, Sapopema, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 4.985.239-8 e do CPF nº 769.681.549-00;

XIV - NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 75.827.204/0001-08, com o Centro Administrativo localizado Av. Paraná,276, centro, Nova América da Colina, Estado do Paraná, aqui representando pelo Chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. <u>SEBASTIÃO ROGATII</u>, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.225.207-2 e do CPF 299.446.359-87;

<u>XV - SERTANEJA/PR</u>, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 75.393.082/0001-80, com o centro Administrativo localizado Av. Nossa Senhora do Rochio, nº 233, Centro, Sertaneja, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeita Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. JAMILSON DONIZETE DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 4.988.937-2 e do CPF nº 676.900.769-04;

XVI - SÃO SEBASTÃO DA AMOREIRA /PR, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 76.290.659/0001-91, com o centro Administrativo localizado Rua Papa João XXIII, n° 1086, Centro, São Sebastião da

Amoreira, Estado do Paraná, aqui representado pela chefe do Poder Executivo na condição de Prefeita Municipal em pleno exercício do mandato, Sra. **EXILAINE GASPAR**, portadora da cédula de identidade n° 5.090.240-4 e do CPF n° 755.902.479-34;

XVII - URAÍ/PR, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 75.425.507/0001-71, com o Centro Administrativo localizado Rua Rio de Janeiro,496, Centro, Uraí, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. ANGELO TARANTINI FILHO, casado, portador da cédula de identidade nº 7.318.788-5 e do CPF nº 007.098.709-22;

<u>XVIII - CURIÚVA/PR</u>, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 76.167.725/0001-30, com o Centro Administrativo localizado em Curiúva, Estado do Paraná, aqui representado pelo chefe do Poder Executivo na condição de Prefeito Municipal em pleno exercício do mandato, Sr. NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, portador da cédula de identidade n° 4.286.296-7 e do CPF n° 605.580.409-34; e

<u>XIX – ANDIRÁ/PR</u>. Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n° 76.235.761/0001-4, com o Centro Administrativo localizado em Andirá, Estado do Paraná, aqui representado pela chefe do Poder Executivo na condição de Prefeita Municipal em pleno exercício do mandato, Sra. <u>IONE ELISABETH ALVES ABIB</u>, portadora da cédula de identidade n° 1.799.461-1 e do CPF n° 624.150.779-68.

**Artigo 4º.** O Consórcio, terá sede e foro na cidade de SÃO JERONIMO DA SERRA – Estado do Paraná."

Art. 11°. A DIRETORIA EXECUTIVA é o órgão executivo encarregado do apoio técnico, administrativo e financeiro, e, será composta pelos membros a seguir descritos, sendo 04 empregos em comissão e os demais disponibilizados pelos municípios consorciados, desde que sejam servidores efetivos dos municípios consorciados, mediante pagamento de gratificação a ser regulamentada por resolução do consórcio, além dos cargos especificos de veterinário, criados dentro do programa de inspeção, descritos no anexo I:

I – Diretor Executivo;

II – Contador;



III - Advogado;

IV - Controlador Interno;

V – Assessor(a) da Presidência;

VI – Diretor de Programas;

VII - Pregoeiro;

VIII – Diretor da Patrulha do Campo

IX – Coordenador do Programa de Inspeção

Parágrafo Único – A planilha de atribuições e remuneração a ser atribuída em cada cargo ou função gratificada encontra-se no **Anexo I** do presente termo.

### Art. 22°. Compete à DIRETORIA EXECUTIVA:

#### I- Diretor Executivo:

- a) Promover a execução das atividades do Consórcio;
- b) Propor a estruturação administrativa de seus serviços, o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, sendo submetidos à aprovação do Conselho Diretor;
- c) Representar por delegação do Presidente do "CODENOP" o Consórcio, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo solicitar compras diretas, as quais dependem de autorização do Presidente, sendo o Presidente do Consórcio responsável pela homologação, assinatura de contratos ou convênios;
- d) Movimentar em conjunto com o Presidente do "CODENOP", as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
- e) Elaborar o plano de atividades e propostas orçamentárias anuais, a serem submetidas ao Conselho Diretor;
- f) Proceder cobranças aos municípios consorciados inadimplentes, bem como notificá-los da suspensão de utilização dos benefícios do consórcio enquanto permanecerem inadimplentes;
- g) Elaborar balancete e relatório de atividades mensais em conjunto com o contador;
- h) Autenticar livros de Atas e de Registros e demais documentos do Consórcio;
- i) Realizar cotações de preços para solicitação de processos licitatórios:
- j) Solicitar abertura de processos licitatórios e manter sob sua responsabilidade e guarda toda documentação e contratos, inerentes à licitação realizada;



- k) Receber protocolos diversos, bem como de adiantamento para pequenas despesas com controle de abertura/saídas/reposição residual/fechamento;
- 1) Realizar o controle do patrimônio do Consórcio;
- m) Realizar o controle de frotas do Consórcio;
- n) Realizar o controle de estoque do Consórcio;
- o) Secretariar todos os atos dos Conselhos do Consórcio;
- p) Manter organizada a documentação do Consórcio;
- q) Zelar pelo cumprimento do estatuto, regulamento básico aprovado por leis autorizativas, em cada município consorciado e por demais legislações pertinentes;
- r) Encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações do "CODENOP";
- s) Preparar a agenda de trabalhos de Reuniões e Assembleias do Consórcio.

#### II- Contador:

- a) Organizar e dirigir os trabalhos inerentes à Contabilidade do Consórcio;
- b) Planejar, supervisionar e orientar a execução dos atos inerentes à contabilidade;
- c) Elabora legislação orçamentária;
- d) Prestar Contas nos termos da legislação vigente;
- e) Elaborar balancete e relatório de atividades mensais em conjunto com o diretor executivo;
- f) Encaminhar para publicação em órgão oficial o balanço anual:
- g) Elaborar mensalmente o demonstrativo de Receita/Despesa a ser encaminhado às prefeituras consorciadas;

# III- Advogado:

- a) Representar o Consórcio em juízo ou fora dele, nas ações em que o Consórcio for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento processual, prestando assistência jurídica e apresentando recursos em qualquer instância;
- b) Prestar assessoria jurídica ao Conselho Diretor em todos os atos que lhe forem solicitados;
- c) Emitir pareceres nos processos licitatórios, conforme dispõe lei 8.666/93;
- d) Redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou



outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los em defesa do Consórcio.

### **IV- Controlador Interno:**

- a) Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de controle Interno do Consórcio:
- b) orientar a elaboração dos atos normativos sobre os procedimentos de controle;
- c) Assessorar o Conselho Diretor nos aspectos relacionados com o controle interno quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- d) Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- e) Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles.
- f) Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espalhadas nos Contratos de Programa, Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento.
- g) Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- h) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consórcio;
- i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária;
- j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
- k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;



- Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;
- m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;
- n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;
- o) Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de Controle Interno.

# V – Assessor (a) da Presidência:

- a) Assessorar a presidência em todas as suas atividades;
- b) Receber e remeter documentos e correspondências;
- c) Auxiliar o departamento financeiro/administração no controle de recebimentos e contas a pagar;
- d) Dar suporte nas áreas de RH e organização de arquivos;
- e) Preencher formulários e planilhas;
- f) Organizar e zelar pelo cumprimento da agenda do Presidente;
- g) Elaborar e redigir documentos, atas e contratos do Consórcio;
- h) Pesquisar preços junto a potenciais fornecedores para dar suporte aos processos licitatórios;
- i) Auxiliar o Pregoeiro na realização de licitações, dispensas e inexigibilidades;
- j) Participar em reuniões e eventos do Consórcio;
- k) Realizar outras atividades afins, determinadas pela Presidência do Consórcio.

### VI – Diretor de Programas;

- a) Exercer a coordenação geral dos diversos programas desenvolvidos pelo Consórcio;
- b) Realizar o controle, a administração e o gerenciamento dos programas que não disponham com diretorias específicas;
- c) Auxiliar e supervisionar as atividades realizadas pelos diretores de programas específicos;
- d) Manter contado direto com os representantes dos Municípios consorciados, assessorando-os visando ao melhor aproveitamento dos programas do Consórcio;
- e) Organizar planilhas, índices e dados que se façam necessários para a boa execução dos programas do Consórcio;



- f) realizar avaliações, sugerir e acatar sugestões dos representantes dos Municípios consorciados acerca da necessidade, conveniência e oportunidade de implantações de novos programas junto ao consórcio;
- g) realizar visitas in loco, nos Municípios consorciados, para averiguar a utilização adequada dos bens, recursos e atividades adquiridos ou desenvolvidos através do Consórcio, visando a maior efetividade dos programas;
- n) orientar a preparação de todos os documentos que devam ser apresentados aos órgãos de controle, com participação dos demais setores competentes;
- i) Participar em reuniões e eventos do Consórcio;
- j) Realizar outras atividades afins, determinadas pela Presidência do Consórcio.

# VII - Pregoeiro;

- a) a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório, incluída a realização da fase interna e elaboração da minuta dos editais;
- b) o credenciamento dos interessados.
- c) o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação;
- d) a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas que não atenderem às especificações do objeto ou as condições e prazos de execução ou fornecimento fixadas no edital;
- e) a ordenação das propostas não desclassificadas e a seleção dos licitantes que participarão da fase de lances;
- f) a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances;
- g) a negociação do preço, visando à sua redução;
- h) a verificação e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;
- i) a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço
- j) a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;



- I) a elaboração da ata da sessão pública;
- m) a análise dos recursos eventualmente apresentados, reconsiderando o ato impugnado ou promovendo o encaminhamento do processo instruído com a sua manifestação à decisão da autoridade competente;
- n) propor à autoridade competente a homologação, anulação ou revogação do procedimento licitatório.

#### VIII – DIRETOR DO PROGRAMA PATRULHA DO CAMPO

- a) Gerenciar funcionários da Patrulha (anotação de horas trabalhadas, frequência, faltas, atestados, e demais atos de controle do pessoal;
- b) Preenchimento de Planilhas e Relatórios obrigatórios, previstos no Contrato;
- c) Acompanhamento e Coordenação da Execução dos serviços de acordo com os projetos elaborados, e demais atividades necessárias, relacionadas ao Programa Patrulha Rural.

# IX – COORDENADOR DO PROGRAMA DE INSPEÇÃO

- a) A função de coordenador poderá ser exercida por um profissional contratado por cargo em comissão pelo consórcio, ou fica sob a responsabilidade do Presidente do Consórcio;
- b) Gerenciar funcionários do Programa da Inspeção (anotação de horas trabalhadas, frequência, faltas, atestados, e demais atos de controle do pessoal;
- c) Preenchimento de Planilhas e Relatórios obrigatórios, previstos no Contrato;
- d) Acompanhamento e Coordenação da Execução dos serviços de acordo com as necessidades, e demais atos necessários para o desenvolvimento do programa;
- e) Responder junto aos órgãos fiscalizadores.

# CAPÍTULO VI DO USO DOS BENS E SERVIÇOS

<u>Artigo 30°-</u> Terão acesso ao uso dos bens e serviços do Consórcio, todos aqueles municípios consorciados que contribuíram para a sua

aquisição. O acesso, entretanto, daqueles que não contribuíram dar-se á nas condições a serem deliberadas pelos que contribuíram.

<u>Artigo 31°-</u> Tanto o uso dos bens como dos serviços será regulamentado, em cada caso pelos respectivos usuários.

<u>Artigo 32°-</u> Respeitadas as respectivas legislações municipais consorciado pode colocar á disposição do Consórcio os bens de seu próprio patrimônio e os serviços da sua própria administração para uso comum, mediante a celebração de CONTRATO DE PROGRAMA, observado o artigo 27 desde contrato de consórcio público.

<u>Artigo 33° -</u> O consórcio realizará licitações para serem utilizadas pelos seus consorciados, visando maior competitividade e facilidade, devido ao montante, nas quais, respeitandos todas as leis vigentes no que serefere a compras de bens e serviços públicos, fará seus certames, podendo a partir deles, os municípios adquirirem produtos e serviços, os quais serão comuns as atribuições do consórcio;

- I Cada município indicará um funcionário como responsável pelo recebimento e conferência dos bens/serviços;
- II É de responsabilidade do Município a veracidade da declaração emitida;

# CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

**2.1 -** As demais cláusulas do contrato original, ficam mantidas e ratificadas. E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CODENOP os



representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de Lei.

São Jeronimo da Serra/PR, 31 de Janeiro de 2023.

**VENICIUS DJALMA ROSA** 

Prefeito de São Jerônimo da Serra Presidente do Consórcio **DEVANIR MARTINELLI** 

Pref. de Santo Antônio do Paraíso

**ROBERTO CARLOS MESSIAS** 

Prefeito de Nova Fátima

ANGELO TARANTINI FILHO

Prefeito de Uraí

**EXILAINE GASPAR** 

Prefeita de São Sebastião da Amoreira

MICHEL ANGELO BOMTEMPO

Prefeito de Assai

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR

Prefeito de Sapopema

**ANTONIO CARLOS TAMAIS** 

Prefeito de Santa Amélia

EDIMAR AP. PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito de Santa Cecilia do Pavão

MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN

Prefeita de Itambaracá

SEBASTIÃO ROGATTI

Prefeito de Nova América da Colina

JOSÉ OLEGARIO RIBEIRO LOPES

Prefeito de Congonhinhas

JOSÉ MARCELO PIOVAN GUIMARES

**JAMISON DONIZETE DA SILVA** 



Prefeito de Santa Mariana

Prefeito de Sertaneja

AMIN JOSÉ HANNOUCHE

Prefeito de Cornélio Procópio

**ALESSANDRO RIBEIRO**Prefeito de Leópolis

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ

Prefeito de Ribeirão do Pinhal

**IONE ELISABETH ALVES ABIB** 

Prefeita de Andirá

**NATA NAEL MOURA DOS SANTOS** 

Prefeito de Curiúva



# "Anexo I

CARGO	REMUNER AÇÃO	FUNÇÃO GRATIFIC ADA	VAGAS	CARGA HORÁRI A	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Diretor Executivo	R\$ 2.433,90	01	01		a)Escolarida de mínima de Ensino Médio Completo	a) Promover a execução das atividades do Consórcio; b) Propor a estruturação administrativa de seus serviços, o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, sendo submetidos à aprovação do Conselho Diretor; c) Representar por delegação do Presidente do "CODENOP" o Consórcio, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo solicitar compras diretas, as quais dependem de autorização do Presidente do Consórcio responsável pela homologação, assinatura de contratos ou convênios; d) Movimentar em conjunto com o Presidente do "CODENOP", as contas bancárias e os recursos do Consórcio; e) Elaborar o plano de atividades e propostas orçamentárias anuais, a serem submetidas ao Conselho Diretor; f) Proceder cobranças aos municípios consorciados inadimplentes, bem como notificá-los da suspensão de utilização dos benefícios do consórcio enquanto permanecerem



						inadimplentes;  g) Elaborar balancete e relatório de atividades mensais em conjunto com o contador;  h) Autenticar livros de Atas e de Registros e demais documentos do Consórcio; i) Realizar cotações de preços para solicitação de processos licitatórios; j) Solicitar abertura de processos licitatórios e manter sob sua responsabilidade e guarda toda documentação e contratos, inerentes à licitação realizada; k) Receber protocolos diversos, bem como de adiantamento para pequenas despesas com controle de abertura/saídas/reposição residual/fechamento; l) Realizar o controle do patrimônio do Consórcio; m) Realizar o controle de estoque do Consórcio; o) Secretariar todos os atos dos Conselhos do Consórcio; p) Manter organizada a documentação do Consórcio; q) Zelar pelo cumprimento do estatuto, regulamento básico aprovado por leis autorizativas, em cada município consorciado e por demais legislações pertinentes; r) Encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações do "CODENOP"; s) Preparar a agenda de trabalhos de Reuniões e Assembléias do Consórcio.
Diretor Executivo (cargo em comissão)	R\$ 4.433,89	01	40 hrs	t)	Escolarid ade mínima de Ensino Médio Complet o.	<ul> <li>u) Promover a execução das atividades do Consórcio;</li> <li>v) Propor a estruturação administrativa de seus serviços, o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, sendo submetidos à aprovação do Conselho Diretor;</li> <li>w) Representar por delegação do Presidente do "CODENOP" o Consórcio,</li> </ul>



			ativa e passivamente, judicial
			ou extrajudicialmente,
			podendo solicitar compras
			diretas, as quais dependem de autorização do Presidente,
			sendo o Presidente do
			Consórcio responsável pela
			homologação, assinatura de
			contratos ou convênios;
			x) Movimentar em conjunto com o Presidente do
			"CODENOP", as contas
			bancárias e os recursos do
			Consórcio;
			y) Elaborar o plano de
			atividades e propostas orçamentárias anuais, a serem
			submetidas ao Conselho
			Diretor;
			z) Proceder cobranças
			aos municípios consorciados
			inadimplentes, bem como notificá-los da suspensão de
			utilização dos benefícios do
			consórcio enquanto
			permanecerem
			inadimplentes; <b>aa)</b> Elaborar balancete e
			relatório de atividades
			mensais em conjunto com o
			contador;
			<b>bb)</b> Autenticar livros de
			Atas e de Registros e demais documentos do Consórcio;
			cc) Realizar cotações de
			preços para solicitação de
			processos licitatórios;
			<b>dd)</b> Solicitar abertura de processos licitatórios e manter
			sob sua responsabilidade e
			guarda toda documentação
			e contratos, inerentes à
			licitação realizada; <b>ee)</b> Receber protocolos
			<b>ee)</b> Receber protocolos diversos, bem como de
			adiantamento para pequenas
			despesas com controle de
			abertura/saídas/reposição
			residual/fechamento;  ff) Realizar o controle do
			patrimônio do Consórcio;
			<b>gg)</b> Realizar o controle de
			frotas do Consórcio;
			<b>hh)</b> Realizar o controle de estoque do Consórcio;
			ii) Secretariar todos os
			atos dos Conselhos do
			Consórcio;
			jj) Manter organizada a
			documentação do Consórcio; <b>kk)</b> Zelar pelo
			cumprimento do estatuto,
			regulamento básico
			aprovado por leis



						autorizativas, em cada município consorciado e por demais legislações pertinentes;  II) Encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações do "CODENOP";  mm) Preparar a agenda de trabalhos de Reuniões e Assembléias do Consórcio.
Contador		R\$ 2.433,90	01	-	a) Servid or Público Concursado de um dos municípios que compõem o Consórcio; b) Escol aridade mínima de Ensino Superior Completo. c) Regist ro vigente no Conselho de Classe – CRC	a) Organizar e dirigir os trabalhos inerentes à Contabilidade do Consórcio; b) Planejar, supervisionar e orientar a execução dos atos inerentes à contabilidade; c) Elabora legislação orçamentária; d) Prestar Contas nos termos da legislação vigente; e) Elaborar balancete e relatório de atividades mensais em conjunto com o diretor executivo; f) Encaminhar para publicação em órgão oficial o balanço anual; g) Elaborar mensalmente o demonstrativo de Receita/Despesa a ser encaminhado às prefeituras consorciadas;
Advogado (cargo em comissão)	R\$ 3.750,00		01	20 hrs	a) Escol aridade mínima de Ensino Superior Completo. b) Regist ro vigente no Conselho de Classe – OAB.	<ul> <li>a) Representar o Consórcio em juízo ou fora dele, nas ações em que o Consórcio for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento processual, prestando assistência jurídica e apresentando recursos em qualquer instância;</li> <li>b) Prestar assessoria jurídica ao Conselho Diretor em todos os atos que lhe forem solicitados;</li> <li>c) Emitir pareceres nos processos licitatórios, conforme dispõe lei 8.666/93;</li> <li>d) Redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia</li> </ul>



						adequadas ao assunto em
						questão, para utilizá-los em defesa do Consórcio.
Advogado (cargo em comissão)	R\$ 2.433,90		01	20 hrs	c) Escol aridade mínima de Ensino Superior Completo. d) Regist ro vigente no Conselho de Classe – OAB.	e) Representar o Consórcio em juízo ou fora dele, nas ações em que o Consórcio for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento processual, prestando assistência jurídica e apresentando recursos em qualquer instância; f) Prestar assessoria jurídica ao Conselho Diretor em todos os atos que lhe forem solicitados; g) Emitir pareceres nos processos licitatórios, conforme dispõe lei 8.666/93; h) Redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los em defesa do Consórcio.
Controlador Interno	-	R\$ 2.433,90	01		a) Servid or Público Concursado de um dos municípios que compõem o Consórcio; b) Escol aridade mínima de Ensino Médio Completo.	a) Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de controle Interno do Consórcio; b) orientar a elaboração dos atos normativos sobre os procedimentos de controle; c) Assessorar o Conselho Diretor nos aspectos relacionados com o controle interno quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos; d) Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial; e) Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, expedindo relatórios com recomendações para o



optimismento dos programas o injetivos e metros espathados nas Contratos de Programas, objetivos e metros espathados e na Orgamento e programas de la Responsabilidade Fiscal e os establecicios nas demois instrumentos las teris de Responsabilidade Fiscal e os establecicios nas demois instrumentos legotivos e comprover a legalidade e a comprover a legalidade e a legitimidade dos atros de gestão e evoler os resultados, quanto a efectácia, eficiência e economicidade, eficiência e economicidade, partirimento e aperacional do Consolicio.  9 de programento e de portecional de la de direitar a gestão orgamento de la direitar de peracional de la de direitar de processos informados pelo Conselhó Direitar, cocar do angularidade e legalidade e legalidade de processos informados pelo Conselhó Direitar, cocar do angularidade e legalidade de processos informados e legalidades de legalidade e legalidade e de processos informados en pelo Conselhó Direitar, cocar do angularidade e legalidade e de processos informados en pelo Conselhó Direitar, cocar do angularidade e legalidade e de processos informados en pelo Conselhó Direitar, cocar do angularidade e de legalidade de dos conselho pelo composito de la defenición de legalidade e de forta contratos e outros instrumentos congêneres; k) instituir e montra de porte de defenición de la defenició	1		 		
cumptimento das programas, objetivos ates espoñados nas Contratos de Programa, Plano Plutinou, na Lei de Diretizes Orçamentários e no Orçamento de Diretizes Orçamentários e no Orçamento de Similar de Diretizes Orçamentários e no Orçamento de Similar de Similar de Contrato de Similar de Contrato de Contrat					aprimoramento dos controles.
abjetivos e metas espathados nos Contrators de Programo, Pinno Plurianual, na Lei de Dietitus Cramenifarios en o Orçamento gi Exercento sobre a observância dos limites consponitamentos espatia de espatia de comportamentos legalis in programa de espatia					<b>f)</b> Avaliar o
abjetivos e metas espathados nos Contrators de Programo, Pinno Plurianual, na Lei de Dietitus Cramenifarios en o Orçamento gi Exercento sobre a observância dos limites consponitamentos espatia de espatia de comportamentos legalis in programa de espatia					cumprimento dos programas.
nos Contratos de Programo, Plarinoual, na Lei de Diretizes Orçamentários e no Orçamento g) Exercer a componhamento sobre a a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Riscal e os estabeleccionas constitucionais, da Lei de Responsabilidade Riscal e os estabeleccionas minimumentos legarios minimumentos legarios mecanismos minimumentos legarios mecanismos minimumentos legarios mecanismos minimumentos legarios mecanical dos artos de gestão e avalidar os residiados, quanto a elecado, elicidanto a economicidade na gestão orgamentade e operacional do Consárcio: j) Participar do pracesso de planejamento e o acomponhar a eleboração tela de inferiseo Orçamentários e Lei Orçamentári					
Picno Pitridruoujo, na lei de Diterities Orcomentários en o Orcomento go Exercer o acomponhamento sobre a observância das ilimites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demás interiores de la componenta del compone					
Direttires Orçamentárias e no Orçamento g) Exercer o acomponhamento sobre a observância de limite constitucionais, da Lei de Responsabilidade Riscal e as estabelecidas nos demais instrumentos legais;  I) Estabelecer mecanismos voltados a comprovera legalidade e a elegilimo de avalar as resultados, que montre de la elegilimo de avalar as resultados, que montre de la elegilimo de avalar as resultados, que montre de la elegilimo de avalar as resultados, que montre de la elegilimo de avalar as resultados, que montre de la economicidade na gestão arquenta de aconomicidade na gestão arquenta de processo de planejamento e a comprohar a delboração lei de diretitas Orçamentários e Lei Orçamentários.  I) Participar do processo de planejamento e a comprohar a eleboração lei de diretitas Orçamentários e Lei Orçamentários.  I) Manifestar se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, a cereca do a regularidade e legalidade de aprocesso inclutários, sua dispersa ou inexipalidade e asse estabeles de processo inclutários, sua dispersa ou inexipalidade e superior de la processo instrumentos conferios e conferios e sufresa instrumentos conferios e publicados de processo instrumentos conferios e conferios e notarios e conferios e publicados de processo instrumentos conferios e publicados de pessoal o processo de proceso de processo de processo de processo de processo de p					
Or, comento g) Exercer of acomponhamento sobre o observincia dos fimiles constitucionas, ad Lei de Responsabilidade fiscal e os estabelecidas nos demais instrumentos legais: h) Estabelecer mecanismos veltados a comprovar a legalidade e a legitima dos atos de gesida e avaliar os resultados, quantio a eficación, eficiência e economicidade na gestão ocumentaria, financeira, pariminatol e poeracional do Consolica de planejamento e acomponiar a elaboração Lei de direttizes Orçamentárias e Lei Orgamentárias e Lei de alimentes Orçamentárias e Lei de alimentes Orçamentárias e Lei de alimentes ou lei de apolação de la gestão de la					
g) Exercer o acomponhamento sobre o acomponhamento sobre o acomponhamento sobre o acomponhamento sobre o abservância de li de Responsabilidade Fiscal e o estabelecidos nos demais instrumentos legalis; h) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade das des de gestão e avalidades, quanto a eficade, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patimonial e operacional do Consorcio; p. Farticipar do processo de planejamento e acomponhar a elaboração Lei diferitizes Orcamentárias e Lei Orgamentária e Lei Orgamentária e Lei Orgamentária e lei planejamento e a componhar a elaboração Lei de diretizes Orcamentários e Lei Orgamentária: g) Manifestar-se, quando solifatados pelo Conselho Diretor, acerca do regularidade e legalidade de processo (licitatária, su a dispersa ou miexiglialidade e sobre o cumparimento elou legalidade de atros, contratos e outros instrumentos congelentes filhir e monter sistema de informações para e everação dos sistema de informações para e everação dos congelentes filhir e monter sistema de informações para e everação dos sistema de contratos e persool, aposentadadia, reforma, revisão de pessool, aposentadadia, reforma, revisão de proventos e pensão para posteitor registro no Infibunda de Contaz; no Manifestar através de relatificar os acomponentes voltados a identificar os acomponentes voltados a identificar os acomponentes voltados a inequificade e; n) Emitir paracer conclusivos obre as contos anudas prestadas pelo Conselho Dietor; o) Realizar outros dividade en monutenção e de conselho Dietor de monutenção e conselho de monutenção e conselho Dietor de conselho Dietor de monutenção e conselho Dietor de monutenção e conselho de monutenção e conselho de monutenção e consel					Diretrizes Orçamentárias e no
accompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, ad Lei de Responsabilidade fiscal e os estabelecidas nos demais instrumentos legais:  In) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a comprovar a legalidade e a legilimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficacia, eficiência e economicidade na gestão organizado, financiar, palitimonial e operacional do Consorte.  In Participar do processo de de gestina de la comprova de legalidade e a consensa de la comprova de legalidade de consensa de la comprova de					Orçamento
accompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, ad Lei de Responsabilidade fiscal e os estabelecidas nos demais instrumentos legais:  In) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a comprovar a legalidade e a legilimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficacia, eficiência e economicidade na gestão organizado, financiar, palitimonial e operacional do Consorte.  In Participar do processo de de gestina de la comprova de legalidade e a consensa de la comprova de legalidade de consensa de la comprova de					a) Exercer o
observância da si limites constitucionos, da Lei de Responsabilidade fiscal e as estabelecidas nos demais instrumentos legalis; h) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade a de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficado, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patimonial e operacional do Consórcio:  7) Participar do processo de planejemento e acompanhar a elaboração Lei de direlizes Orçamentária; financeira; gi Manniestars e, quando solificados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade a processo (icitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento etou legalidade de otos, contratos e outros instrumentos congêneres:  No instituir e monter sistema de de do solicado da finalización de respulsado de contratos e outros instrumentos e outros instrumentos el confinance e outros instrumentos el confinance e outros instrumentos el congenidado de otos, confratos e outros instrumentos el confinance el confinance el confinance el congenidado de confinance el confinance					
constitucionais, da Lei de Responsabilidade l'Escal e os estabelecias nos demois instrumentos legais; h) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legifimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto a eficacia, eficiência e economicidade na gestão o comentária, financeira, patrimonial e operacional do Consárcio; l) Participar do proceso de planejamento e acompanhar a elaboração de ide dienteizes Orgamentárias (inanceira, patrimonial e legalidade de acompanhar a elaboração a le la Orgamentária; l) Manilestor-se, quando silicitados pelo Conselho Sielicitados que pelo sielicitados que se conformentos e conformentos e conformentos e conformentos elegalidade de relatários, a udificiós, inspeções, pareceres e outros inspe					•
Responsabilidade fiscal e as estabeleciatos nos demois instrumentos legals:  i) Estabelecer mecanismos voltados a compositore de legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, a ceromicidade a elegitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, a permendirá, financeira, portiminado e operacional do Consárcio:  i) Praticipar do processo de planejamento e ocomponimo o elaboração Lei de diretires Orçamentária:  i) Manifestra-se, quando solicitados pelo Conselho Diefor, accerco do regularidade e legalidade de processo ileitarário, sua dispensa ou inerigibilidade e abra compositore de componimento e ocomponimento e ocom					
estabelecidos nos demais instrumentos legais: h) Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avoliar os resultados, quanto a eficacia, eficiência e economicidade no gestão orçamentária, financeira, potrimonial e operacional do Consárcio; l) Participar do proceso de planejamento e acomprohar a elaboração lei de dientizes Orçamentária; l) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de proceso licitatório, sua dispensa ou inexiglibilidade e abore o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congéneres:  (x) Instituir e manter sistema de informações para o exercício dos afrividades finalisticas do Sistema de Controle Interno:  (x) Verificar os atos de admissão de pressoal, aposentadoria, reforma, proventos e pensão para posterior registro no fibruand de Contras:  (x) Manifestar através de relatários, auditorias, inspeções, pareceres e outros instrumentos concentras; m) Manifestar através de relatários, auditorias, inspeções, pareceres e outros instrumentos pronunciamentos voltadades a inepetidad per pensado para posterior registro no fibruand de Contras:  (m) Manifestar através de relatários, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltadados a identificar a sanar as possíveis:  (m) Emiliir parecer conclusivos osbre as contes anuais prestadas pelo Conselho Diretor on Readizar outros atovidade de manutenção e					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
instrumentos legais: h) Estabelecer mecanismos voltadas a comprovar a legalidada e a legifimidade dos atos de gestão e avalira os resultados, quanto a eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária. Financeira, partimonal e operacional do consórcio: l) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de diretizes Orçamentárias e Lei orgalidade de processo licitária, sua dispensa ou inergibilidade de processos licitárias, sua dispensa ou inergibilidade e sobre o cumprimenta e fou legalidade de a foi contratoria e ou moderna e foi un legalidade de a foi contratoria e organizaria de la foi dispensa ou dispensa ou dispensa ou foi dividades limolisticas do Sistema de Contratoria Infelia. E lei organizado de proventos e pensaño para posterior registro on Tribunal de Contrato.  1) Verificar os atos de admissão de proventos e pensaño para posterior registro no Tribunal de Contrato.  2) Manifestor a contrator de la relatiónos, a ouditorios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sonar as possíveis irregularidades; no Eribina por pronunciamentos voltados a identificar a sonar as possíveis irregularidades; no Eribina por pronunciamentos voltados a identificar a conar as possíveis irregularidades; no Eribina por pronunciamentos voltados a identificar a conar as possíveis irregularidades; no Eribina por pronunciamentos voltados a identificar a conar as possíveis irregularidades; no Eribina para estadas pelo Conselho Diretor.  2) Realizar ou outros discuertos de condicio de manutenção e					Responsabilidade Fiscal e os
n eccarismos voltados a comprovar a legalidade e a legifimidade dos atos de questão e avaliar os resultados, quanto a eficacia eticiência e economicidade no gestão orçamentária, financeira, paritimanial e operacional do Consórcio.  1) Participar do processo de pianejamento e ocompanhar a elaboração Lei de direitizes Orçamentárias e lei Orçamentária;  1) Manifestor-se, quando solicitados pelo Conseino Diretor, accerca da regularidade e legalidade de processo licitatário, sua dispensa ou inevigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de alos, contratos e outros instrumentos congéneres:  1) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de ocontro le memo:  1) Verificor os atos de admissão de para postefor registro nos filounal de Contros e pensão para postefor registro nos filounal de Contros e no montro de proventos e pensão para postefor registro nos filounal de Contros e no montro de proventos e pensão de para postefor registro nos filounal de Contros e no montro e pronunciamentos voltados a inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados e inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a resembor pro					estabelecidos nos demais
n eccanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de de gestão e avaliar as resultados, quanto a eficiacia, eficiência e e economicidade no gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consciero.  Petricipar do processo de planejamento e acompanitor a eliboração e lei Orçamentária;  I) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho.  Diretor, acerca da regularidade e elgolidade de processo licitatório, sua dispersa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legolidade de afos, contratos e outros instrumentos congêneres:  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de finameções para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de encomposições por pospetar resistema, aprovisão de proventos e pensão por pospetar resistema, por pospetar or resistan, aprovisão de proventos e pensão por pospetar resistan, inspeções, pareceres e outros inspectos, para pospetar voltados, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a inspectos, para constituição do proventos e pensão por postetior resistra no lifitura de Contas:  m) Manifestar afravés de relatórios, a ouditorios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a resistança para parecer conclusivo sobre as contas nousis prestados pelo Conselho Diretor.  q) Realizar outros attividade de manutenção e de conclusivo de manutenção de poutros de dividade de manutenção e outros attividade de manutenção e outros attividades de manutenção.					instrumentos legais;
mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legilimidade dos alos de gestõo a evalida so resultados, quanto a eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, partimonial e operacional do Consórcio;  i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direitrizo Norçamentária; i) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo (icitados pelo Conselho Diretor, acerca da processo (institutor e manter sistema de informações para de sistema de informações para o exercício das atividades finolísticas do Sistema de finolísticas do Sistema de Gontrole interno; i) Verificar os alos de admissão de possoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensó para posterio registro no Tribunal de Contas:  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros inspeções, pareceres e outros inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar o sanor as possíveis inequilidades; n) Emitir parecer concisivo sobre as contas concisios prestados pelo Conselho Direitor; o) Realizar outros atividade de manutenção e pelo Conselho Direitor; o) Realizar outros atividade de manutenção e pelo Conselho Direitor; o) Realizar outros atividade de manutenção e					•
comprovar a legalidade e a legilimidade dos atos de quanto a eficiacia eficiência quanto a eficiacia eficiência e economicidade no gestão acromentária, financeira, patimonial e operacional da Consórcio.  Di Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direitizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias;  Di Manifestar-se, quando solicifados pelo Conselho Diretor, accerca da regularidade e legilidade de processo licitatário, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de alos, contratos e outros instrumentos confeneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de exercício das atividades finalísticas do Sistema de contra confeneres;  m) Verificar os atos de acromentos e pensão para posteior registra no informada de contras.  m) Manifestar através de relatários, a porpunciamentos voltados a relatários, a ouditorias, inspecções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a inspecia para contras e pensãos para posteior registra no informad acontras;  m) Manifestar através de relatários, a ouditorias, inspecções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a infentificar a sanor as possíveis imegularidades;  m) Emitir porecer conclusivos sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Regilizar outros atividadede de manutenção e de conclusivos sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Regilizar outros atividade de manutenção e de conclusivos do pelos conselho Diretor;  o) Regilizar outros atividade de manutenção e outros artividade de manutenção e de conclusivos do pelo conselho Diretor;  o) Regilizar outros atividades de manutenção e de contravenção e de contravenção e de conclusivos do pelo conselho Diretor;  o) Regilizar outros atividades de manutenção e de contravenção e de contravenção d					•
legitimidade dos atos de gestão e avolítor os resultados, quanto a eficácia, eficiência e conomicidade na gestão de avolíticade na gestão orçamentária, financeira, patrimoniral e operacional do Consórcio:  j Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração la ide dieritizes Orçamentária: j Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de regularidade e legalidade de aprocesso licitatório, su adispensa au inexigibilidade e outros instrumentos e outros instrumentos e outros instrumentos e outros instrumentos e congeneres: k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno: j Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadadia, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tibunal de Contas m) Manifestar através de relatórios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer					
gestão e avaliar os resultados, a quanto a eficacia, eficiada, eliciada, e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Cansórcio;  ) Participar do processo de planejamento e acampanhar a elaboração Lei de diretirzes Orçamentárias e Lei Orçamentárias e legalidade e legalidade e legalidade e processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e outros instrumentos e congéneres:  (k) Instituir e manter sistema de informações pora o exercício das atividades finalísticos do Sistema de Controle Interno;  (p) Verificar os atos de admissão de pessool, aposendadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, interporporunciamentos voltados a identificar a samar as possíveis irregularidades:  (p) Emilitr pareceres outros inregularidades:  (p) Realizar outros on Realizar outros out					
quanto a eficácia, eficiência e economiciadae na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consórcio;  i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração lei de diretirizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias e ladispensa ou inexigibilidade e legalidade de legalidade de los contratos e coutros instrumentos congêneres:  (k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das afividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  i) Verificar os atos de Controle Interno;  i) Verificar os atos de admissão de pessool, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no litibunal de Controle Interno;  ii) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros inspeções, pareceres o auditorias, inspeções, pareceres o auditorias inregularidades:  ii) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outros de reconselho Diretor;  o) Realizar outros de reconselho Diretor;  o) Realizar outros anuais pestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outros de reconselho Diretor;					
e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consórcio:  1) Porticipar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direttizes Orçamentária;  1) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatário; sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  1k) Instituir e manter sistema de informações para o exercicio das dividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  1) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posteiror registro no Tribunal de Contros;  1) Manifestra através de relatórios, auditorias, inspeções, paraceres e outros pronunciamentos voltados a identificar o sanar as possíveis irregularidades;  1) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuals prestadas pelo Conselho Diretor, o) Realizar outras dividade de manuarqueção e					
e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consórcio:  1) Porticipar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direttizes Orçamentária;  1) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatário; sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  1k) Instituir e manter sistema de informações para o exercicio das dividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  1) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posteiror registro no Tribunal de Contros;  1) Manifestra através de relatórios, auditorias, inspeções, paraceres e outros pronunciamentos voltados a identificar o sanar as possíveis irregularidades;  1) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuals prestadas pelo Conselho Diretor, o) Realizar outras dividade de manuarqueção e					quanto a eficácia, eficiência
orçamentária, financeira, patrimonal e operacional do Consórcio:  i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de diretires Orçamentários e Lei Orçamentários e Lei Orçamentários;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatárión, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento elou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno; i) Verificar os atos de dadmissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possáveis irregularidades; n) Emilir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
patrimonial e operacional do Consórcio:  i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direttizes Orçamentária:  i) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade el legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexiglibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos conferens:  ii) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  ii) Verificar os atos de admissão de pressoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas:  m) Manifestar atrovés de relatórios. a auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar o sanar as possíveis irregularidades;  n) Emilir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de de manuarque, o el conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de de manuarque de conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de de manuarque de conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de de manuarque de conselho Diretor;					
Consórcio;  i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de diretizes Orgamentários e Lei Orgamentários pelo Conselho Diretor, a cacra da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres:  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício dos atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno:  i) Verificar os atividades de Controle Interno: i) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no fribunal de Contas; in fibunal de Contas; in Manifestar através de relatórios, auditorios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; in Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar atrividade de manutenção e					•
i) Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de diretires Orçamentárias: e Lei Orçamentárias: j) Manifestar-se, quando solicitadas pelo Conselho Diretor, acerca da regulariada e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres: k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Intemo; l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatários, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltrados a identificar a sanar ara possíveis irregularidades; n) Emitir parecere conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras dividaded de manutenção e voltras invivadades a relatório; outras atividades a relatório; outras atividades outras pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e voltras atividade de manutenção con discontinado de contração de manutenção con discontinado de contração de manutenção con discontinado de contração de manutenção con discontinado de contração de consente de consente de contração de consente de consen					
de planejamento e acompanhar a elaboração Lei de direitizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inevigibilitade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno:  j) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadaria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas:  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sonar as possíveis irregularidades:  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manufenção e					
acompanhar a elaboração Lei de diretizes Orçamentárias e Lei Orçamentária;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congéneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno; j) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emilir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manufenção e					
Lei de diretitzes Orçamentárias e Lei Orçamentária;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalldade de processo licitatário, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno.  j) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadaria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades:  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais pestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					de planejamento e
Lei de diretitzes Orçamentárias e Lei Orçamentária;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalldade de processo licitatário, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno.  j) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadaria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades:  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais pestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					acompanhar a elaboração
e Lei Orçamentária;  j) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da de regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  j) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emilir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
ij) Manifestar-se, quando solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno; l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
solicitados pelo Conselho Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de aros, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  f) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e do Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
Diretor, acerca da regularidade e legalidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres:  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas:  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					•
regularidade e legalidade de processo licitalório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno; l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras afividade de manutenção e					•
processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres:  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno:  l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					Diretor, acerca da
dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de artos, contratos e outros instrumentos congêneres;  (k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  (1) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  (m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  (n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; (o) Realizar outras atividade de manutenção e					regularidade e legalidade de
dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de artos, contratos e outros instrumentos congêneres;  (k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno;  (1) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  (m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  (n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; (o) Realizar outras atividade de manutenção e					
sobre o cumprimento e/ou legalidade de ados, contratos e outros instrumentos congêneres; k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalisticas do Sistema de Controle Interno; l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emilir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Canselho Diretor; o) Realizar outras afividade de manutenção e					•
legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
e outros instrumentos congêneres;  k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  f) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
congêneres; k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno; l) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					•
k) Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno; I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					congêneres;
o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					<b>k)</b> Instituir e manter
o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					sistema de informações para
finalísticas do Sistema de Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
Controle Interno;  I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
I) Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  III) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  III) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  III) Realizar outras atividade de manutenção e					
admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					· ·
aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas; m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					aposentadoria, reforma,
pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					revisão de proventos e
no Tribunal de Contas;  m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
m) Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					•
pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
pronunciamentos voltados a identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					inspeções, pareceres e outros
identificar a sanar as possíveis irregularidades;  n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
irregularidades; n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					•
n) Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
conclusivo sobre as contas anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
anuais prestadas pelo Conselho Diretor; o) Realizar outras atividade de manutenção e					
Conselho Diretor;  o) Realizar outras atividade de manutenção e					
o) Realizar outras atividade de manutenção e					
o) Realizar outras atividade de manutenção e					Conselho Diretor;
atividade de manutenção e					
					•
I I I I querie çou memo do sistema					
		<u>l</u>			apeneiçoamento do sistema



					de Controle Interno.
Assessor(a) da Presidência (cargo em comissão)	R\$ 1.990,59	01	40h	Escolaridade mínima: Ensino Superior incompleto, tendo concluído, no mínimo, o 4º Semestre de Curso Superior nas áreas de Direito, Administraçã o, Contabilidad e, Economia ou Engenharia Ambiental.	a) Assessorar a presidência em todas as suas atividades; b) Receber e remeter documentos e correspondências; c) Auxiliar o departamento financeiro/administração no controle de recebimentos e contas a pagar; d) Dar suporte nas áreas de RH e organização de arquivos; e) Preencher formulários e planilhas; f) Organizar e zelar pelo cumprimento da agenda do Presidente; g) Elaborar e redigir documentos, atas e contratos do Consórcio; h) Pesquisar preços junto a potenciais fornecedores para dar suporte aos processos licitatórios; i) Auxiliar o Pregoeiro na realização de licitações, dispensas e inexigibilidades; j) Participar em reuniões e eventos do Consórcio; k) Realizar outras atividades afins, determinadas pela Presidência do Consórcio.
Diretor de Programas	R\$ 2.433,90	01	-	a) Servid or Público Concursado de um dos municípios que compõem o Consórcio; b) Escol aridade mínima de Ensino Médio Completo.	a) Exercer a coordenação geral dos diversos programas desenvolvidos pelo Consórcio; b) Realizar o controle, a administração e o gerenciamento dos programas que não disponham com diretorias específicas; c) Auxiliar e supervisionar as atividades realizadas pelos diretores de programas específicos; d) Manter contado direto com os representantes dos Municípios consorciados, assessorando-os visando ao melhor aproveitamento dos programas do Consórcio; e) Organizar planilhas, índices e dados que se façam necessários para a boa execução dos programas do Consórcio;



				f) realizar avaliações, sugerir e acatar sugestões dos representantes dos Municípios consorciados acerca da necessidade, conveniência e oportunidade de implantações de novos programas junto ao consórcio; g) realizar visitas in loco, nos Municípios consorciados, para averiguar a utilização adequada dos bens, recursos e atividades adquiridos ou desenvolvidos através do Consórcio, visando a maior efetividade dos programas; h) orientar a preparação de todos os documentos que devam ser apresentados aos órgãos de controle, com participação dos demais setores competentes; i) Participar em reuniões e eventos do Consórcio; j) Realizar outras atividades afins, determinadas pela Presidência do Consórcio.
Pregoeiro	R\$ 291,08 (por Pregão realizado)	01	a) Servid or Público Concursado de um dos municípios que compõem o Consórcio; b) Escol aridade mínima de Ensino Médio Completo. c) Ter realizado curso de capacitaçã o específica de formação de pregoeiros.	a) a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório, incluída a realização da fase interna e elaboração da minuta do editais; b) o credenciamento dos interessados c) o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação; d) a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas que não atenderem às especificações do objeto ou as condições e prazos de execução ou fornecimento fixadas no edital; e) a ordenação das propostas não desclassificadas e a seleção dos licitantes que participarão da fase de lances; f) a classificação dos ofertas, conjugadas as propostas e os lances; g) a negociação do preço, visando à sua redução;



CONTRATO					VIAAFNITA Q	h) a verificação e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço; i) a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço j) a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante; l) a elaboração da ata da sessão pública; m) a análise dos recursos eventualmente apresentados, reconsiderando o ato impugnado ou promovendo o encaminhamento do processo instruído com a sua manifestação à decisão da autoridade competente; n) propor à autoridade competente a homologação, anulação ou revogação do procedimento licitatório.
		RAMA N.º C			VIMENTAÇÂ	
Motorista de Caminhão de Micropavime nto	2.449,10	_	01	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto e CNH letra "D"	a) Dirigir caminhão e equipamentos rodoviários, que realizam trabalhos de Micropavimento;  B - Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas;  C - Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa;  D - Zelar pela segurança dos operadores da máquina de micropavimento, veículos e pedestres;  E - Observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;  F - Fazer pequenos reparos de urgência;  G - Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;  H - Observar os períodos de revisão e manutenção



						preventiva do veículo;  I – Auxiliar, quando necessário, na operação do Micropavimento;  J - Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências;  K - Recolher ao local apropriado o veiculo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.  L - Executar outras atribuições afins.
Operador de Máquina de Micropavime nto	R\$ 3.461,50 +20% INSALUBRI DADE		01	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto e Experiência com Máquina de Micropavime nto	A - Executar serviços de preparo de misturas em micropavimento; B - Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas, esquemas, especificações e outras informações, para estabelecer o roteiro das tarefas e a escolha do material necessário; C - Executar com alto nível precisão as misturas em prémistura a frio e micropavimento com polímero; D - Zelar pela limpeza no local de trabalho; E - Coordenar e supervisionar, quando forem necessárias as tarefas inerentes ao cargo; F - Executar outras atividades correlatas.
Ajudante de Mesa Acabadora de Micropavime nto	R\$ 1.904,85	-	01	40 horas/se manais	Ensino Fundamental Incompleto e Experiência como ajudante ou operador de Máquina de Micropavime nto	<ul> <li>A - Auxiliar a execução dos serviços do Operador da Máquina de Micropavimento;</li> <li>B - Zelar pela Limpeza no local de trabalho;</li> <li>C - Zelar pela Limpeza da Máquina de Micropavimento e Caminhão;</li> <li>D - Executar outras atividades correlatas.</li> </ul>
Contrato d		na PATRU	LHA DO	CAMPO		
OPERADOR DE MOTONIVELA DORA	R\$ 2.816,47	-	01	horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na	Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas e cortar terreno inclinado; operar máquinas rodoviárias em escavação,



					função do cargo, comprovada através de CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas agrícolas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento; auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras, preparando-as para o plantio; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; e executar tarefas afins.
OPERADOR DE ESCAVADEIR A HIDRÁULICA	R\$ 2.816,47		01	44 horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na função do cargo, comprovada através de CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas e cortar terreno inclinado; operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas agrícolas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento; auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras, preparando-as para o plantio; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; e executar tarefas afins.
OPERADOR DE RETRO- ESCAVADEIR A	R\$ 2.816,47	-	01	44 horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na função do cargo, comprovada através de	Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas e cortar terreno inclinado; operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas agrícolas de



					CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento; auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras, preparando-as para o plantio; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; e executar tarefas afins.
OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	R\$ 2.816,47		01	44 horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na função do cargo, comprovada através de CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas e cortar terreno inclinado; operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas agrícolas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento; auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras, preparando-as para o plantio; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; e executar tarefas afins.
OPERADOR DE ROLO COMPACTAD OR	R\$ 2.816,47	-	01	44 horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na função do cargo, comprovada através de CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas e cortar terreno inclinado; operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas agrícolas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para



			ı	<u> </u>		Γ ,
						calçamento ou
						asfaltamento; auxiliar no
						conserto de máquinas, lavrar e discar terras,
						preparando-as para o plantio; cuidar da limpeza e
						conservação das
						máquinas, zelando pelo
						bom funcionamento dos
						mesmos; e executar tarefas
						afins.
	R\$	-	01	44	Ensino	Vistoriar o veículo,
	2.108,47 +			horas/se	fundamental	verificando o estado dos
	30%			m	Incompleto;	pneus, o nível de
	PERICULO				Possuir curso	combustível, água e óleo
	SIDADE				MOPP -	do cárter, e testando freios
	010/01				Movimentaçã	e parte elétrica,
					o e Operação	certificando-se de suas
					de Produtos	condições de
					Perigosos.	funcionamento; Informa
						defeitos do veículo,
						preenchendo diário de bordo e encaminhar
						veículo para manutenção;
						Dirige o veículo,
						manipulando os comandos
						e observando o fluxo de
						trânsito e a sinalização,
						para conduzi-los aos locais
						indicados; Porta os
						documentos do veículo e
MOTORISTA						zela pela sua conservação;
DE						Controla a carga e
						descarga do material
CAMINHÃO						transportado, orientando a
LEVE/TANQUE						sua arrumação no veículo
						para evitar acidentes;
						Realiza o transporte de
						combustíveis e outros,
						sempre que se fizer
						necessário; Carrega e
						descarrega os materiais
						utilizados pelos profissionais;
						Realiza o abastecimento de outros veículos e máquinas;
						Recolhe o veículo após a
						jornada de trabalho,
						conduzindo-o à garagem
						determinada pelo
						Consórcio; Colabora com a
						limpeza dos veículos,
						mantendo-os bem
						apresentáveis; Executa
						outras tarefas correlatas ao
						cargo e/ou determinadas
						pelo superior imediato.



MOTORISTA DE CAMINHÃO PESADO (TRUCK/TRAÇ ADO)	R\$ 2.108,47	04	44 horas/se m	Ensino fundamental Incompleto; Possuir experiência mínima de 01 (um) ano na função do cargo, comprovada através de CTPS ou Declaração de Órgãos Públicos.	Dirigir caminhões e outros veículos destinados ao transporte de cargas, sempre respeitando o Código Nacional de Trânsito, recolher máquinas, equipamentos rodoviários e veículos na garagem quando concluído o serviço do dia; manter máquinas, equipamentos rodoviários e veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de urgência; zelar pela conservação dos veículos, máquina e equipamentos rodoviários que lhe forem confiados; providenciar abastecimento de combustível, água e lubrificante; comunicar ao seu superior qualquer anomalia no funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários; e executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.



DIRETOR DA PATRULHA RURAL (Cargo em Comissão)	R\$ 4.081,84		01	horas/se m	Ensino Fundamental Completo		Gerenciar funcionários da Patrulha (anotação de horas trabalhadas, frequência, faltas, atestados, e demais atos de controle do pessoal; Preenchimento de Planilhas e Relatórios obrigatórios, previstos no Contrato; Acompanhamento e Coordenação da Execução dos
CONTRA	ITO DE PROGRA	AMA DE RESÍDU	OS SÓLIDOS				serviços de acordo com os projetos elaborados, e demais atividades necessárias, relacionadas ao Progrma Patrulha Rural.
	R\$		01	44/horas semanais	Escolaridade mínima: Ensino	a)	Promover e coordenar a
DIRETOR DO PROGRAMA DE RESIDUOS SÓLIDOS (Cargo em Comissão)	4.081,84			Somethian	Superior incompleto, tendo concluído, no mínimo, o 4º Semestre de Curso Superior nas áreas de Direito, Administração , Contabilidade , Economia ou Engenharia Ambiental.	b) c)	realização periódica de levantamento de dados e informações de interesse para o planejamento e execução das atividades do Programa de Resíduos Sólidos; Participar da elaboração de estudos e projetos voltados aos sistemas de gestão de resíduos sólidos;



	man alialana ala
	medidas de
	proteção ambiental e
	preservação dos
	recursos naturais a
	ser realizada em
	gestão associada;
e)	Coordenar a
	conservação e
	manutenção de
	instalações dos
	sistemas
	necessários à
	prestação dos
	serviços
	envolvendo os
	resíduos sólidos
	urbanos;
	Manter articulação
	permanente com
	todos os entes
	associados;
	sobre captação de
	recursos para
	elaboração e
	implementação de
	projetos;
	fiscalizar e
	coordenar todos os
	órgãos
	operacionais do
	Programa de
	Resíduos Sólidos;
i)	Desempenhar outras atividades
	designadas pelo
	presidente;
j) j)	Desempenhar
	outras atividades
	afins.
CONTRATO DE PROGRAMA INSPEÇÃO	
	Gerenciar
	funcionários do
The second of th	programa da
4.081,84 Superior Completo,	inspeção
COORDENAD para os casos	(anotação de
OR DO para os casos em que haja	horas trabalhadas,
PROGRAMA contratação	frequencia, faltas,
DE INSPEÇÃO	atestados, e
Escolaridade la friedra parter de	demais atos de
básica para os	controle do
casos em que	pessoal); Preenchimento de
a   b)	



				coordenação seja exercida pelo Presidente do Consórcio.	planilhas e relatórios obrogatorios, previstos no contrato; c) Acompanhamento e coordenação da execução do serviços de acordo com as necessidades, demais atos necessarios para o desenvolvimento do programa; d) Responder junto aos órgãos fiscalizadores;
VETERINÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROGRAMA DE INSPEÇÃO;	R\$ 4.090,00	01	40 hrs		a) inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais; b) verificação das condições higiénicosanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos; III - verificação da prática de higiene e dos hábitos higiénico pelos manipuladores de alimentos; IV - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos; V - verificação da rotulagem e dos processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;



VI - caleta de amostros para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises fiscais, microbiológicas, fisico-quimicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde pública; VIII - avaliação dos informações inerentes à produção primária com implicações na saúde pública; VIII - avaliação do demestra dos animais destinados ao abate; IX - Verificação do água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, x - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fraçaionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos as produtos, comestíveis e atransporte de todos as produtos, comestíveis, e suas matérias primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acorda com os tipos e os padrãos fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação federal ou em formulas registradas com base em legislação federal ou em formulas registradas com base em legislação	1	1	1	
availação dos resultados de análises físicas, microbiológicas, físico- químicas, de biología molecular, histológicas e demais que se fizerem necessánas à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtivos ou dos produtivos de ofigem animal, podendo abranger fambém aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações interentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública: VIII - avaliação do bemestar dos animals destinados ao abate; IX - Verificação da ógua de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, obtungem, expedição, foracionamento, embalagem, obtungem, expedição, cometiveis e não comestíveis, e suas matérias sprimas, com adição ao unão de vegetais; X - classificação de produtos e derivados, de acordo com si fipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas e egistradas com legislação federal ou em fórmulas registradas com legislação federal ou em fórmulas registradas com				VI - coleta de amostras
de análises físicas, microbiológicas fisicas de biología molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger fambém aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avallação das informações inerentes à produçõe primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avallação do bemestra dos animais destinados ao abate: IX - Verificação do dementes de abrangemento, verecebimento, manipulação, beneficiamento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expediçõe, o transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição au não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos e definados e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos registradas com				para análises fiscais e
de análises físicas, microbiológicas fisicas de biología molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger fambém aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avallação das informações inerentes à produçõe primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avallação do bemestra dos animais destinados ao abate: IX - Verificação do dementes de abrangemento, verecebimento, manipulação, beneficiamento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expediçõe, o transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição au não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos e definados e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legistação federal ou em fórmulos registradas com				=
microbiológicas, fisico- químicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessánias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo obranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inierentes à produções na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bem- estar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Faase de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armizenagem, acondicionamento, embologem, rolugem, expedição, e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legistação federal ou em formulas registradas com				
químicas, de biología molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animals destinados ao abate; IX - Verificação da água de abasecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, industrialização, fracionamento, industrialização, fracionamento, conservação.  amazenagem, acondicionamento, embolagem, rotulagem, expedição e transporte de lodos os produtos, comestíveis e não comestíveis e não comestíveis e não comestíveis e não comestíveis, e suas matéria-primas, com adição ou não de vegetais; X - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação formas registrados com eligislação ou mão de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação formas registrados com eligislação formas registrados com eligislação formas registrados com eligislação formas registrados com legislação formas registrados com eligislação formas com eligislação de produtos e desirvados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação formas com eligistrados com legislação formas com eligislação formas com eligistrados com legislação formas com eligislação formas com eligislação de formas registrados com legislação de formas registrados com eligislação formas com eligislação formas com eligislação de formas registrados com eligislação de formas registrados com eligislação formas com eligislação de formas registrados com eligislação de formas registrados com eligislação formas eligislação de formas registrados com eligislação de formas registrados com eligislação de formas registrados com eligislação formas registrados com eligislação de formas registrados com elig				
molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo: VII - avaliação das informações interentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrifolização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação for mos fipos e os padrões fixados em legislação for mos fipos e os padrões fixados em legislação for em sitpos e os padrões fixados em legislação for em sitpos e os padrões fixados em legislação for em sitpos e os padrões fixados em legislação for em sitpos e os padrões fixados em legislação for en or firmulas registrados com efigus acon com sitpos e os padrões fixados em legislação for efecter ou com en firmulas registrados com efigus acon com en firmulas registrados com en firmulas registrados com efigus particular de formulas de firmulas registrados com en firmulas				
demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do demestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação do água de abastecimento; X - Foses de obtenção, recebimento, industriculização, fracionamento, conservação, o amazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; X - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação for em legislação ou mão de vegetais;				quimicas, de biologia
demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não come come come come come come come com				molecular, histológicas e
necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avallação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avallação do bemestar dos animals destinados ao abate; IX - Verificação da destinados ao abate; IX - Yerificação da de dabastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas maférias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os fipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registrados com				demais aue se fizerem
da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação do água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acandicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e fransporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registrados com				·
processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da ógua de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registrados com				
dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VIII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais en a saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avallação das informações inerentes à produção primária com implicações no saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestra dos animais en as aúde pública; IX - Verificação da água de adastecimento; X - Fases de obtenção, reacebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e año comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados e de rocados de produtos e derivados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais:  XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				animal, podendo
aqueles existentes nos mercados de consumo; VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais:  XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				abranaer também
mercados de consumo; VIII - avaliação a das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIIII - avalilação do bem- estar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, aconciiconamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os podrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Forses de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				3
implicações na saúde animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				produção primária com
animal e na saúde pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				implicações na saúde
pública; VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
VIII - avaliação do bemestar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
estar dos animais destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
destinados ao abate; IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				3
IX - Verificação da água de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
de abastecimento; X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
X - Fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				de abastecimento;
recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				X - Fases de obtenção,
manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				· ·
acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				conservação,
acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				armazenagem,
embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				acondicionamento,
expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				•
vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				adição ou não de
XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com				
legislação federal ou em fórmulas registradas com				
fórmulas registradas com				=
base em leaislação				fórmulas registradas com
				base em legislação



				especifica estadual ou municipal;
				XII - verificação dos meios de transporte de animais vivos e produtos
				derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;
				XIII - controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem
				animal; XIV - Controles de rastreabilidade dos
				animais, das matérias- primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da
				cadeia produtiva; XV - certificação sanitária dos produtos de
				origem animal; XVI - outros procedimentos de inspeção, sempre que recomendarem a
				prática e o desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal. XVII – Assinar pela Responsabilidade Técnica do Consórcio.
	R\$ 4.090,00	01		c) inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais; d) verificação das
Veterinário responsável pela Inspeção "in loco.				d) verificação das condições higiénicosanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;
				III - verificação da prática de higiene e dos hábitos higiénico pelos manipuladores de alimentos;



			IV - verificação dos
			programas de
			autocontrole dos
			estabelecimentos;
			V - verificação da
			rotulagem e dos
			processos tecnológicos
			dos produtos de origem
			animal quanto ao
			atendimento da
			legislação específica;
			VI - coleta de amostras
			para análises fiscais e
			avaliação dos resultados
			de análises físicas,
			microbiológicas, físico-
			químicas, de biologia
			molecular, histológicas e
			demais que se fizerem
			necessárias à verificação
			da conformidade dos
			processos produtivos ou
			dos produtos de origem
			animal, podendo
			abranger também
			aqueles existentes nos
			mercados de consumo;
			VII - avaliação das
			informações inerentes à
			produção primária com
			implicações na saúde
			animal e na saúde
			pública;
			VIII - avaliação do bem-
			estar dos animais
			destinados ao abate;
			IX - Verificação da água
			de abastecimento;
			X - Fases de obtenção,
			recebimento,
			manipulação,
			beneficiamento,
			industrialização,
			fracionamento,
			conservação,
			armazenagem,
			acondicionamento,
			embalagem, rotulagem,
			expedição e transporte
			de todos os produtos,
			comestíveis e não



			comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais; XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação federal ou em fórmulas registradas com base em legislação especifica estadual ou municipal; XII - verificação dos meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana; XIII - controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal; XIV - Controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva; XV - certificação sanitária dos produtos de origem animal; XIV - outros procedimentos de inspeção, sempre que recomendarem a prática e o desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.